



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 30, DE 2007

(nº 63/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Cabo Verde.

Os méritos da Senhora Maria Dulce Silva Barros que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2007.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande e fluida letra inicial, sobreposta a uma linha decorativa curva.

Brasília, 27 de dezembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora **MARIA DULCE SILVA BARROS**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Cabo Verde.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* da Senhora **MARIA DULCE SILVA BARROS**, os quais, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Samuel Pinheiro Guimaraes Neto

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE MARIA DULCE SILVA BARROS

CPF.: 23881089772

RG.: 4182 – MRE

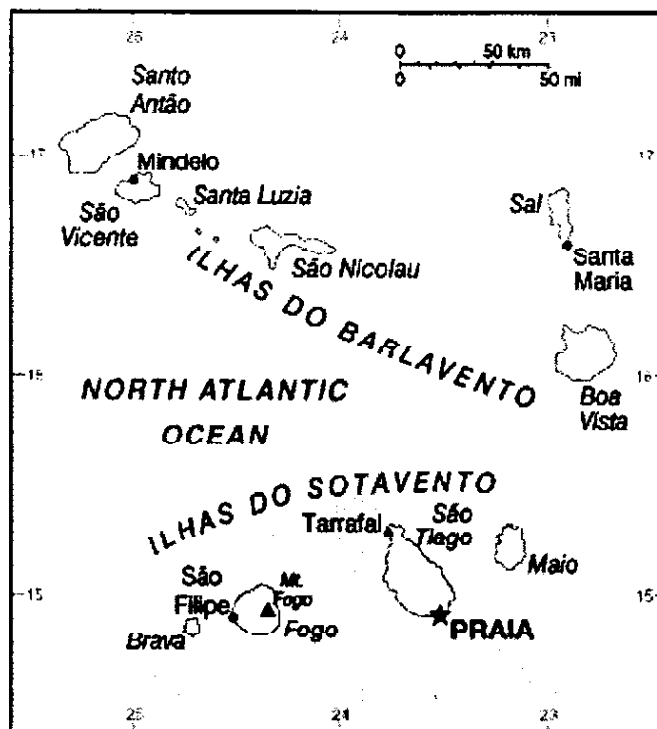
- 1950 Filha de Dulce Soares da Silva e Fenelon Nonato da Silva. nasce em 25 de janeiro. em Teresina/PI
- 1973 CPCD - IRBr
- 1973 Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- 1974 Terceira Secretária em 15 de janeiro
- 1974 Divisão do Patrimônio, assistente
- 1975 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente e Chefe, substituto
- 1978 Segunda Secretária em 15 de abril
- 1980 Medalha do Mérito Tamandaré
- 1981 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
- 1982 CAD - IRBr
- 1982 Primeira Secretária, por antigüidade, em 22 de dezembro
- 1985 Missão do Brasil junto à OEA, Washington, Primeira Secretária
- 1988 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Subchefe
- 1989 XXXIII Sessão Ordinária da Comissão das Nações Unidas sobre Entorpecentes, Viena, Chefe da delegação
- 1989 Conselheira, por merecimento, em 30 de junho
- 1989 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe
- 1993 Divisão da África II, Chefe
- 1993 Instituto Rio Branco, Vice-Diretora
- 1993 CAE - IRBr, A questão dos entorpecentes nas relações internacionais
- 1993 Embaixada em La Paz, Conselheira

- 1996 Medalha do Mérito Santos Dumont
- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de junho
- 1999 Embaixada na Haia, Ministra-Conselheira
- 2003 Embaixada em Buenos Aires, Ministra-Conselheira


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

REPÚBLICA DE CABO VERDE



Perfil geográfico

Nome Oficial	República de Cabo Verde
População	418224 (2005)
Território	4033 km2
Capital	Praia (106.052 habitantes – censo de 2000)
Clima	Tropical seco. Pluviometria errática. Longos períodos de estiagem anualmente. Média de temperatura entre 20 e 27°C
Terreno	Vulcânico, rochoso, acidentado. Menor altitude: nível do mar. (Oceano Atlântico). Maior altitude: vulcão ativo na Ilha do Fogo, 2.829 m.
Fronteiras	Fronteiras marítimas com o Senegal, Mauritânia, Gâmbia e a Guiné-Bissau.

Perfil social

Línguas	Português e creolou, ambas oficiais
Expectativa de vida	70,7 anos (Dados: PNUD 2004)
Principais grupos étnicos	Mestiços 71%, africanos 28%, europeus (principalmente portugueses) 1%
Analfabetismo	24,3% (estimativa UNESCO 2005)
Religião	Cristianismo com maioria católica
IDH	106º lugar – 0,722 (2004)
População abaixo da linha de pobreza	30% (est. 2000)

RELAÇÕES BRASIL- CABO VERDE

Desde a independência de Cabo Verde, em 1975, o diálogo bilateral ganhou densidade a partir dos anos 1980. Os Presidentes João Figueiredo e José Sarney visitaram Cabo Verde em novembro de 1983 e maio de 1986, respectivamente. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez Visita de Estado ao país em 28 e 29 de julho de 2004. Do lado cabo-verdiano, o Presidente Aristides Pereira esteve no Brasil em três oportunidades (1985, 1987 e 1990) e seu sucessor, Antônio Mascarenhas Monteiro, em 1992. Em julho de 2002, o atual Presidente Pedro Pires veio ao Brasil por ocasião da IV Cimeira da CPLP e retornou, em julho de 2003, em visita bilateral. Em julho deste ano, os dois Presidentes encontraram-se na II Conferência dos Intelectuais de África e da Diáspora (II CIAD), em Salvador.

Cabo Verde tem apoiado as posições brasileiras, com destaque para o respaldo, em mais de uma oportunidade, ao pleito do Brasil de integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente. Apoiou, também, a iniciativa brasileira de combater a fome e a pobreza, havendo o Chefe de Estado cabo-verdiano comparecido à reunião promovida pelo Presidente Lula, em Nova York, no mês de setembro de 2004. Por sua vez, o Brasil foi solidário com as pretensões de Cabo Verde no ECOSOC e de ingresso à OMC, e tem apoiado o processo de “transição suave” de graduação de Cabo Verde de “país menos avançado” (PMA) para “país de médio desenvolvimento” (PMD).

A cooperação bilateral tem-se intensificado notoriamente nos últimos anos. No âmbito da educação, tem sido emblemático a cooperação brasileira para a implantação da primeira Universidade Pública de Cabo Verde e a estruturação do sistema de ensino superior do país. A cerimônia de inauguração da Universidade, em 21 de novembro último, contou com a presença do Reitor e do Pró-Reitor da Universidade Federal do Ceará, do Pró-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de representante do MEC e do Governo do Estado do Ceará.

Nota-se, ainda, que cerca de mil jovens cabo-verdianos – mais de um terço da colônia existente no Brasil – freqüentam institutos brasileiros de educação superior, em grande parte dos casos sob a égide dos programas Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). É digno de nota o caso do Primeiro-Ministro José Maria Neves, que estudou na FGV/SP e na FUNDAP, de 1982 a 1986. Para o ano de 2007, dentre os candidatos selecionados para o PEC-G advindos de países africanos lusófonos, Cabo Verde logrou assegurar 211 vagas, quatro vezes mais que os outros três países africanos de língua portuguesa que tiveram candidatos selecionados.

Ainda no que respeita à educação, a cooperação brasileira desenvolve em Cabo Verde o projeto “Escola de Todos”, que amplia a oferta do atendimento educacional especializado, por meio da formação de professores, com vistas ao fortalecimento do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Na área da formação profissional, destaca-se a parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação, o SENAI/CE e o Governo cabo-verdiano para a instalação do Centro de Formação Profissional, em Praia, com conclusão prevista para maio de 2007.

No âmbito das relações econômicas entre Brasil e Cabo Verde, verifica-se o estabelecimento de fortes laços entre aquele país e os Estados do Nordeste brasileiro, com nítido destaque para o Ceará, como resultado da bem sucedida conexão aérea semanal Praia – Fortaleza, pela empresa Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV),

iniciada no final de 2001 (tendo, inicialmente, a Ilha do Sal e não a Cidade de Praia como destino cabo-verdiano). Outros Estados nordestinos, como Pernambuco, parecem inclinados a considerar Cabo Verde como possível porta de entrada para o continente africano. O incremento no comércio bilateral levou a negociações para o estabelecimento de conexão marítima entre o Nordeste e Cabo Verde, que se iniciou em 30 de agosto de 2006.

Outra vertente digna de menção é a cooperação militar. Desde 1979, têm sido disponibilizadas vagas a cabo-verdianos indicados pelo Ministério das Infra-estruturas e Transportes daquele país para cursos de formação e aperfeiçoamento, no escopo do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME) e do Programa Anual de Cursos de Curta Duração (PACCD), promovidos pelo Estado-Maior da Armada (EMA). Entre 2004 e 2005, o Ministério da Defesa do Brasil ofereceu cinco vagas para militares das Forças Armadas cabo-verdianas, duas das quais no Curso de Formação de Sargentos (CFS) na Escola de Especialistas de Aeronáutica, em Guaratinguetá, uma no Curso de Oficiais Aviadores, na Academia da Força Aérea de Pirassununga, São Paulo, outra no Curso de Infantaria na Academia Militar das Agulhas Negras, e a última no Curso de Especialização de Meios Auxiliares de Instrução na Escola de Instrução Especializada, no Rio de Janeiro. Há ainda, uma ou duas vagas oferecidas anualmente ao Ministério da Defesa de Cabo Verde pela Escola Superior de Guerra, para o Curso Especial de Altos Estudos de Política e Estratégia (CEAEPE), mas que não são preenchidas, por alegada carência de recursos.

Em 2006, o Itamaraty, em conjunto com a Força Aérea Brasileira, organizou quatro vôos para a África Ocidental, com escala em Praia. Além do transporte de material destinado à cooperação com Cabo Verde, os vôos transportaram cidadãos cabo-verdianos, em especial estudantes que terminaram cursos de formação no Brasil que desejavam retornar a seu país, e outros civis. Houve, ainda no ano de 2006, exercício militar conjunto dos países da CPLP (Operação FELINO), que contou com 20 militares cabo-verdianos. Os 129 militares africanos que participaram da operação reuniram-se na Ilha do Sal.

Os demais projetos de cooperação bilateral em execução tratam de:

- a) combate ao HIV/AIDS, baseado no envio de medicamentos e no treinamento de profissionais de saúde cabo-verdianos no Brasil;
- b) Alfabetização Solidária, em sua fase final.

POLÍTICA INTERNA

Cabo Verde é uma República parlamentar, com alguma descentralização interna no nível autárquico (Conselhos Municipais). O Presidente da República é eleito por voto popular, com mandato de cinco anos; o Primeiro-Ministro é nomeado pela formação partidária que tiver maioria na Assembleia Nacional e seleciona o Gabinete, com o consentimento do Presidente da República, que nomeia seus membros. O Poder Legislativo, unicameral, consiste na Assembleia Nacional, composta por 72 deputados, eleitos nacionalmente, de forma proporcional, para mandato de 5 anos.

O Poder Judiciário é composto pelo Supremo Tribunal da Justiça e pelos Tribunais Judiciários de Primeira Instância, Tribunal de Contas, Tribunais Militares, Tribunais Fiscais e Aduaneiros e Tribunal de Família e do Trabalho. Esses Tribunais são independentes.

ECONOMIA

Basicamente, os recursos naturais do país limitam-se ao sal, pescado – Cabo Verde detém uma das maiores Zonas Econômicas Exclusivas Marítimas do continente africano, calcário e pozolana (mineral utilizado no fabrico do cimento hidráulico). Apenas cerca de 11% do território são aráveis, e desses só 6% têm pastos permanentes. Estima-se em apenas 2.000 hectares as áreas irrigadas no território cabo-verdiano. Os principais produtos agrícolas são amendoim, bananas, batata-doce, café, cana-de-açúcar, feijão e milho. O turismo tem sido uma fonte relevante de emprego e crescimento econômico. Contribuiu com 4% do IB, em 1998, e com 11% do PIB, em 2004.

A economia cabo-verdiana tem crescido de modo constante desde a independência, em razão da remessa dos imigrantes da “diáspora” e da ajuda internacional. Segundo dados do Banco Mundial, a média de crescimento real anual do PIB foi de 8%, entre os anos de 1974 e 1985, e de 4%, entre 1986 e 1992. Desde o ano 2000, o crescimento real do PIB continua a se manter acima dos 5% anuais.

Em relatório de março de 2005, o Fundo Monetário Internacional (FMI) avalizou o desempenho econômico positivo de Cabo Verde, entre 2001 e 2004, com destaque para o crescimento econômico, a baixa inflação, o bom nível de reservas internacionais, que garantiu a estabilidade cambial e a redução da dívida pública.

Na década de 90, graças às privatizações, a economia cabo-verdiana beneficiou-se do crescimento dos investimentos externos, sobretudo nos setores bancário e hoteleiro. Grupos estrangeiros, principalmente portugueses, passaram a controlar as principais empresas estatais e cerca de 80% do sistema financeiro.

Verifica-se paulatina diminuição da ajuda externa, em vista do crescimento da renda per capita no país. De fato, Cabo Verde está em processo de transição de “país menos avançado” (PMA) para “país de médio desenvolvimento” (PMD). O país consolidou, junto à comunidade internacional, a imagem de boa administração e governança, não obstante a escassez de recursos naturais. Mesmo assim, enfrenta o desafio de persuadir seus parceiros a manter os níveis atuais de ajuda econômica.

A forte dependência das importações ocasiona um vultoso déficit comercial, que alcançou 44% do PIB, em 1995. O governo tomou medidas para controlá-lo, mas o déficit ainda representava 35% do PIB, em 2004. O alto nível das importações, somado à baixa produção agrícola e de produtos primários, levou Cabo Verde promover ambicioso programa de liberalização e privatização, desde 1988, na tentativa de atrair investimentos diretos estrangeiros (IDE). Mais de trinta estatais foram vendidas a empresas estrangeiras (portuguesas). Com isso, a expectativa para IDE, em 2005, era de exceder o resultado recorde obtido em 2004, de US\$ 20 milhões.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa cabo-verdiana tem-se pautado pela busca e fortalecimento da cooperação bilateral e multilateral, em virtude, principalmente, da vulnerabilidade estrutural do país, resultante de sua precária base produtiva.

Conseqüentemente, a política exterior privilegia o incremento da ajuda bi- e multilateral, bem como o reforço das parcerias tradicionais – aspecto em que Portugal mantém papel protagonista. Busca, ademais, atrair investimentos privados estrangeiros, mediante a oferta de tratamento privilegiado, que logrou obter para exportações destinadas aos EUA, Canadá e União Européia, embora essa vantagem não tenha ainda apresentado resultados dignos de nota.

Após a graduação pelo ECOSOC como “país de médio desenvolvimento” (PMD), Cabo Verde esforça-se para assegurar uma transição suave ao mesmo tempo em que procura manter as parcerias estratégicas tradicionais. Nesse contexto vale recordar o apoio norte-americano, por meio da Millenium Challenge Corporation (USD 110 milhões em investimentos); o início de relacionamento com a Espanha e a célere ampliação dos laços com a República Popular da China.

Ademais, o Governo cabo-verdiano preconiza a inserção gradual do país na economia mundial, por meio de especialização que prioriza o setor de serviços. Tal orientação consubstancia a política denominada “estratégia de transformação” econômica e social, centrada no turismo, que cresce à taxa de 10% ao ano, em serviços, inclusive pretendendo tornar-se centro financeiro e bancário, e em transportes (aéreo e marítimo), além da exploração dos potenciais pesqueiro e petrolífero.

Cabe ressaltar também o grande interesse de Cabo Verde em obter estatuto de “parceria especial” com a União Europeia. O escudo cabo-verdiano já se encontra atrelado ao euro, por acordo cambial assinado com Portugal em 1988. Outro relacionamento valorizado tem sido com a OTAN, principalmente depois dos exercícios militares daquela Organização nesse país, em 2005, com participação de pequeno contingente de tropas cabo-verdianas, recebendo, em contrapartida, apoio norte-americano, português e espanhol no patrulhamento de suas águas territoriais, de modo a coibir o narcotráfico e a imigração ilegal.

Cabo Verde é membro da União Africana, da CEDEAO, da CPLP e é signatário da Convenção de Cotonou (de tratamento comercial preferencial para países ACP no âmbito da UE).

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CABO VERDE

(US\$ mil FOB)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Brasileiras	4.551	3.749	5.375	5.448	8.947	16.688	23.850
Importações Brasileiras	0	21	79	149	22	23	23
Saldo	4.551	3.770	5.454	5.597	8.969	16.711	23.873
Total do Comércio	4.551	3.728	5.296	5.299	8.925	16.665	23.827

Fonte: MDIC/SFCEX/Sistema Alice

Aviso nº 81 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2007.

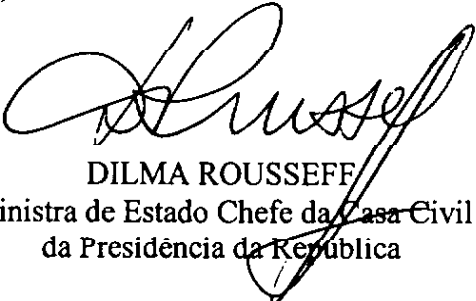
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA DULCE SILVA BARROS, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Cabo Verde.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 7/2/2007.